

CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2025

(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)

Requerimento de informação à Ministra dos Povos Indígenas, Sra. Sonia Bone de Sousa Silva Santos, a fim de esclarecer sobre os contratos celebrados entre o Ministério e a empresa Ambipar.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer-se **que sejam solicitadas informações à Ministra dos Povos Indígenas**, Sra. Sonia Bone de Sousa Silva Santos, a fim de esclarecer os contratos celebrados entre o Ministério dos povos Indígenas e a empresa Ambipar, contratos no valor de meio bilhão de reais em 5 contratos, sendo 3 sem licitação

Em respeito ao dever constitucional de fiscalização do Poder Legislativo e visando assegurar à sociedade brasileira a devida clareza quanto à gestão dos recursos destinados às populações indígenas, é imprescindível que o Ministério preste esclarecimentos detalhados sobre:

- 1 A natureza e os objetivos de cada um dos contratos celebrados que, em conjunto, somam aproximadamente meio bilhão de reais;
- 2 Os processos licitatórios realizados, indicando os participantes, os vencedores e os critérios adotados para a escolha das empresas ou entidades contratadas;
- 3 A comprovação de execução e entrega dos serviços ou produtos contratados;
- 4 A distribuição geográfica dos recursos aplicados e o impacto direto nas comunidades indígenas beneficiadas;
- 5 As medidas de monitoramento e avaliação adotadas pelo Ministério para garantir a eficácia e a transparência desses contratos.







CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

6 - A elucidação desses pontos é essencial para assegurar que os recursos sejam aplicados de maneira eficiente, atendendo aos verdadeiros interesses das populações indígenas e da sociedade brasileira.

Justificativa

A transparência na aplicação dos recursos públicos é pilar fundamental do estado de direito e do princípio da moralidade administrativa. Notícias recentes dão conta de que o Ministério dos Povos Indígenas firmou contratos que somam valores elevados, despertando questionamentos acerca dos objetivos, critérios e benefícios advindos dessas contratações.

De acordo com o Jornal Metrópoles, consta que, durante o ano de 2024, o governo federal firmou cinco contratos com a multinacional Ambipar que, somados, chegam a R\$ 480,9 milhões. Todos envolvem a prestação de serviços em territórios indígenas, como locação de helicópteros e de aviões monomotores. Três deles, sem licitação.¹

É fundamental, que a Câmara dos Deputados tome todas as inciativas cabíveis para obter resposta ao referido pedido de informação, sendo necessário que a Ministra dos povos indígenas, Sra. Sonia Bone de Sousa Silva Santos, envie as informações concernentes ao caso, para prestar os devidos esclarecimentos em relação às informações elencadas acima.

Eis porque solicito aos deputados o apoio a este Requerimento de informação, para que os parlamentares tenham informações concernentes ao papel do Governo Federal nas questões acima citadas.

Sala de Sessões, em de de 2025

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

¹ Fonte: https://www.metropoles.com/colunas/dinheiro-e-negocios/ambipar-fecha-meio-bilhao-de-reais-em-5-contratos-com-o-governo

